

Jorge Borges de Macedo (1921-2021): a História como Problema*

Por Álvaro Costa de Matos**

Os centenários ainda servem para alguma coisa, quanto mais não seja para salvar do esquecimento quem nele caiu. Ora, o esquecimento não é digno de um povo adulto. Cem anos depois do seu nascimento, era bom que trocássemos umas ideias sobre Jorge Borges de Macedo (1921-1996) e a sua obra.

Antes dela, nunca é de mais lembrar que JBM foi um dos grandes historiadores portugueses de sempre e, decerto, até hoje o maior do século XVIII português. Especialista, segundo o próprio, em “história biográfica e estrutural moderna e contemporânea de Portugal”. Orientada pela defesa de “que a situação global de uma sociedade é mais importante e dinâmica do que a sua divisão em classes e em interesses de classe”, axioma que lembrava nas suas memoráveis aulas. Como pedagogo e professor universitário formou e marcou, pelo brilho e interpelação constantes, gerações de estudantes e futuros historiadores, juristas, diplomatas, economistas, professores e gestores. A estas facetas juntou outra, a de ensaísta, alicerçada num sólido conhecimento do passado, o que lhe permitia desmontar facilmente ideias-feitas e lugares-comuns. Traduziu e anotou ainda alguns autores clássicos da história europeia como, por exemplo, T. S. Ashton, Lucien Febvre, Carl Grimberg, Gordon Childe e F. L. Ganshof. O prestígio académico deu-lhe notoriedade pública, presença cultural interveniente, tornando-o intelectual e pensador incontornável nos grandes debates contemporâneos da sociedade portuguesa.

Regressemos ao “legado” de JBM. A sua obra é vastíssima (no seu conjunto, são mais de 400 títulos), cobrindo um largo espectro científico, pelo que destacamos aqui apenas os

* Quarto de uma série de artigos publicados no âmbito do centenário do nascimento de Jorge Borges de Macedo (1921-2021).

** Historiador e investigador do IC e do IHC da NOVA/FCSH. Antigo aluno de JBM na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e seu assistente na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

mais importantes. Alguns dos livros constituem verdadeiras traves-mestras da nossa historiografia: *A Situação Económica no Tempo de Pombal. Alguns aspectos* (1951), estudo que passou imediatamente a ser uma obra de referência sobre o pombalismo; *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII* (1963), em que o historiador examina os factores internos e externos que presidiram ao desenvolvimento da indústria – trabalho que marcaria profundamente a compreensão da indústria portuguesa no século XVIII e início do século XIX; *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular, 1803-1813* (1962), pelo alargamento do objecto de estudo a matérias até aí muito pouco consideradas, como a geopolítica e a história militar, integradas com os dados da história económica e social – JBM vai negar aqui os supostos efeitos negativos do Bloqueio Continental na economia portuguesa, opondo-se frontalmente à tese de Oliveira Martins; a reedição da *História de Portugal*, de Luís Augusto Rebelo da Silva (1971), com uma introdução que coloca aquele historiador oitocentista no panorama cultural do liberalismo; *Estrangeirados. Um conceito a rever* (1974), onde vai relativizar o significado histórico das posições dos estrangeirados, afastando-se das leituras “tradicionais” de Jaime Cortesão, António Sérgio e Vitorino Magalhães Godinho; *Um ano de luta pelo poder e a sua interpretação n’Os Lusíadas* (1976) e *Os Lusíadas e a História* (1979), que reflectem uma maior atenção da sua obra aos aspectos culturais; o premiado *Alexandre Herculano. Polémica e Mensagem* (1980), do qual também fez uma introdução luminosa para a *História e Origem do Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1979); *História Diplomática de Portugal. Constantes e Linhas de Força* (1987), por muitos considerada como uma das suas principais obras; *Portugal, um destino Histórico* (1990), num registo mais ensaístico; a colaboração para o *Dicionário de História de Portugal*, de Joel Serrão, onde JBM assina um conjunto de artigos notáveis, sobre temas centrais, como “Nobreza”, “Burguesia”, “Absolutismo”, “Indústria”, “Marquês de Pombal” e “Tratado de Methuen” – indo quase sempre contra ideias estabelecidas desde a historiografia oitocentista e/ou positivista; e, por último, uma série de estudos, menos conhecidos, mas dos mais inovadores que escreveu, não só pelos problemas que levantam como pelo carácter pioneiro, ou polémico, das suas interpretações: “O aparecimento em Portugal do conceito de programa político” (*Revista Portuguesa de História*, 1971: 375-423), “Para o encontro de uma dinâmica concreta da sociedade portuguesa, 1820-1836” (*Revista Portuguesa de História*, 1977:

245-62), “A problemática tecnológica no processo de continuidade República – Ditadura Militar – Estado Novo” (*Economia*, 1979: 427-453) e “Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses: ensaio de formalização concreta” (*Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, 1990: 193-213).

Estamos, portanto, a falar de uma produção historiográfica que ninguém pode ignorar quando investiga, analisa e publica sobre os mesmos assuntos. Qualquer estudo de JBM, assente em extensa erudição e bibliografia nacional e estrangeira (que ao contrário de alguns, tem a honestidade de citar), revolve as situações estudadas, semeando de caminho pistas a explorar, propondo inquéritos, sugerindo novas abordagens aos fenómenos no seu fluir humano. A sensibilidade para o momento, a circunstância envolvente, o repúdio do abstracto e a valorização permanente do concreto localizável no tempo e no espaço são marcas de água dos seus estudos históricos e biográficos.

Como principais características da historiografia de JBM, temos: i) a diversidade dos temas tratados: tanto se debruça sobre a problemática económica como sobre a sociedade, a política, a tecnologia, a filosofia, a arte, a religião, num entendimento da história como disciplina que trata a globalidade da experiência humana passada; ii) a preferência pela inovação, presente em quase todos os estudos de JBM, em detrimento dos caminhos já explorados; iii) o esforço persistente para contrariar ideias-feitas sobre alguns problemas fulcrais da História de Portugal; iv) a sua adesão “à história-problema, à teorização e ao elemento explicativo-superador da mera descrição” (Mendes, 1996: 298), suportada pela própria análise histórica, no quadro do que designava por “formalização concreta” – JBM foi talvez o historiador que pensou mais problematicamente a História de Portugal; v) a adopção de uma perspectiva aberta aos vectores políticos, socioeconómicos e culturais, procurando um quadro histórico matizado em vez das leituras estritamente políticas e diplomáticas que nos habituaram muitos anos de historiografia positivista; vi) do ponto de vista metodológico, o recurso quer a fontes de diversos tipos e pouco utilizadas (por exemplo, os registos do imposto da décima, na sua tese de doutoramento) quer a historiografia de várias origens, nomeadamente anglo-saxónica; vii) *last but not least*, o interesse por algumas das

tendências historiográficas mais recentes, como a Nova História Económica ou a Arqueologia Industrial, por si teorizadas e divulgadas.

Tudo isto contribuiu para que JBM – com Vitorino Magalhães Godinho, Virgínia Rau, Joel Serrão, Fernando Piteira Santos, Armando de Castro e Oliveira Marques –, tivesse um papel primordial no *aggiornamento* teórico e metodológico que a historiografia portuguesa contemporânea conheceu a partir dos anos 50. A sua acção centrou-se sobretudo no século XVIII, propondo uma nova interpretação económica da governação pombalina, examinando extensamente as condições para o desenvolvimento da indústria portuguesa no século XVIII e início do século XIX e refutando algumas ideias-feitas sobre este período: as ideias de que as relações com a Inglaterra durante o século XVIII configuravam uma situação de dependência altamente prejudicial ao crescimento económico do país ou de que fora Pombal quem sacudira o jugo inglês e criara do nada a indústria em Portugal.

Em suma: no estudo do passado, daquilo que designava por “concreto vivido e suas possibilidades”, JBM nunca optou pelas simplificações primárias ou pelos falsos dualismos. Pelo contrário, viu sempre a História como conhecimento e vivência no tempo, um exercício epistemológico de aproximação possível ao passado, nas suas riquezas, contradições e complexidades.

Torres Vedras, 23 de Fevereiro de 2021.